

25º Exame de Ordem - 2ª fase - 2004

Direito Penal

1. ATENÇÃO: NÃO SERÁ CONSIDERADA PARA EFEITO DE NOTA, A IMPETRAÇÃO DE HABEAS CORPUS.

JOSÉ CARLOS, nascido em 15/11/60, RAIMUNDO CIPRIANO, nascido em 12/08/85, e, JONAS PAULO, nascido em 14/07/1984, foram denunciados, em 12/01/2004, pela prática do crime capitulado no art. 157, par. 2º, I e II, na forma do art. 14, I, todos do Código Penal, junto ao Juízo da "b" Vara Criminal da Capital, porque, segundo o inquérito policial instaurado para apurar os fatos, em 18/05/2003, na Av. Nossa Senhora de Copacabana, próximo ao número 1004, por volta das 19:00horas, os indiciados teriam participado de roubo, em concurso, e exercido a ameaça com emprego de arma de fogo, para a subtração de um cordão de ouro e R\$ 200,00, da lesada MARIA DO CARMO, e um anel de ouro e R\$ 300,00, do lesado CLÁUDIO BRANDÃO.

Ficou apurado ainda que, na ocasião do evento, JOSÉ CARLOS, teria feito menção de estar portando arma de fogo, muito embora não tenham os lesados visto a citada arma. Ademais, foi ele também quem recebeu as jóias e dinheiro entregues pelos lesados. De outro lado, apurou-se que o acusado, JONAS PAULO, encontrou com JOSÉ CARLOS, que o conhecia do bairro onde moravam, no momento que este último tinha praticado o fato delituoso, como esclarecido pela única testemunha ouvida no inquerito. Quanto a RAIMUNDO CIPRIANO, foi apurado que havia conhecido JOSÉ CARLOS, pouco antes da ocorrência do fato típico e estava presente no local porque tinha ido àquele bairro (Copacabana) em busca de emprego em uma loja no número 1098.

A res furtiva não foi recuperada.

Na prova de acusação, os lesados reconheceram JOSÉ CARLOS, informando que RAIMUNDO CIPRIANO e JONAS PAULO estiveram no local logo assim que JOSÉ CARLOS havia praticado o fato delituoso.

A prova de defesa foi de caráter, esclarecendo que todos os réus tinham comportamento exemplar.

As folhas de antecedentes criminais dos acusados não registraram anotações .

Após a manifestação do Ministério Público e da Defesa, através das respectivas peças processuais, os autos foram conclusos ao Juiz que preferiu a sentença julgando procedente a pretensão punitiva do Estado, nos termos da denúncia, para condenar os réus, pela prática do crime de roubo, agravado pelas circunstâncias do emprego de arma de fogo e concurso de pessoas, consumado (art. 157, par. 2º, I e II, na forma do art. 14, I, todos do Código Penal), na dosimetria das penas, o juiz fixou como pena base, 4 anos e 6 meses de reclusão, para cada um dos réus, considerando a regra do art. 59 do Código Penal, acrescida de 2/5, pela ocorrência da pluralidade de circunstâncias, tornando-a definitiva em 06 anos e 03 meses de reclusão, para cada um dos co-réus, a pena privativa de liberdade, iniciando-se a execução da pena no regime semi-aberto. Determinou ainda a expedição de mandado de prisão aos réus, após o trânsito em Julgado da sentença penal condenatória. Você é procurado pelos três réus para apresentar o recurso cabível da sentença proferida.

Promova a peça recursal competente, abordando todas as questões necessárias em favor dos constituintes.

Advogado: Rômulo Carvalho

OAB: 99.999

2. José, funcionário público, a fim de tentar regularizar um veículo adquirido de seu irmão Carlos, procura Paulo, Advogado, tendo em mão somente o documento de transferência assinado por Carlos.

Porém, nota-se facilmente que este documento não passa de uma cópia "xerox" colorida, que fora obtida a partir de um documento original, podendo-se identificar inclusive que os dados foram muito mal datilografados, enquanto que em um documento original os dados são impressos pelo DETRAN.

Pergunta-se: Há crime na conduta de José, mencionando-se ainda que Paulo é Advogado especialista no ramo de veículos?

3. Pedro Flores, primário, mas de péssimos antecedentes, foi condenado à pena definitiva de 06 anos de reclusão em regime fechado em um determinado processo durante o qual permaneceu preso provisoriamente por 04 meses por força de mandado de prisão preventiva.

Transitada em julgado a sentença penal condenatória foi expedida a respectiva carta de sentença (CES) que tramitou regularmente na VEP, culminando com a correta homologação do cálculo do período de efetivo cumprimento de pena.

Cumpridos 01 (um) ano, 08 meses (oito) meses e 01 (um) dia de pena, já tendo progredido para regime menos rigoroso e apresentando bom comportamento, Pedro pede que seus familiares procurem os serviços de um advogado com o fim de saber informações a respeito de algum direito a que faça jus e, se for o caso, representá-lo. Pergunta-se: Faz ele jus a algum direito? Por quê?

4. Ernesto Fonseca, reincidente em crime culposos, foi condenado a dois anos de reclusão em regime inicial semi-aberto. O juiz, na própria sentença, reconheceu que o apenado tem personalidade e conduta social consideradas boas, porém entendeu que não era recomendável, no caso, a substituição da pena privativa de liberdade por uma das penas restritivas de direito, na forma do art. 44 do Código Penal.

Na hipótese acima descrita é inevitável o cumprimento da pena privativa da liberdade aplicada na sentença, com o conseqüente recolhimento à prisão após o trânsito em julgado do decreto condenatório? O Ernesto faz jus a algum direito? Em caso positivo, qual o momento próprio para sua concessão?

5. Manoel Felisberto foi capturado em flagrante delito e conduzido à delegacia policial onde se iniciou a lavratura do respectivo auto de prisão em flagrante (APF). Foi dito pelos policiais que, dada a gravidade e a reiteração do fato, o indiciado não tinha direito à assistência da família e nem mesmo de qualquer advogado, passando-se, desde logo, às perguntas relativas ao fato.

Foi dada, ao indiciado, a respectiva nota de culpa, nos moldes do que prevê o art. 306 do CPP, assinada pelo delegado. Como Manoel se recusou a passar recibo na referida nota de culpa, a mesma não lhe foi entregue e, tendo em vista que o crime praticado não era daqueles em que o indiciado de livra solto e nem afiançável, Manoel foi mantido preso sem quaisquer outras providências posteriores.

Ressalte-se que o APF foi encerrado em 20/07/2004 e o indiciado permanece preso, até o dia de hoje, aguardando a conclusão do inquérito policial.

Diante dos fatos acima descritos comente acerca da ocorrência de eventual vício e responda qual a contracautela cabível na hipótese do texto.

6. Pedro, deprimido, logo depois de saber que foi enganado por sua mulher, volta a sua residência e, encontrando-se sozinho, incendeia, com gasolina, o imóvel do qual era locatário seu irmão e proprietário Mário. Ressalte-se que o imóvel era alugado a baixo custo por ser localizado em lugar ermo. O fogo que não tinha condições de se propagar, foi apagado em seguida, Qual a situação jurídico-penal de Pedro?

Direito Comercial

1. A CIA. SAGITÁRIO DE INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, que não possui suas ações admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários, realizou, em sua sede social, na cidade do Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 2004, uma Assembléia Geral Extraordinária, tendo como único objetivo discutir e deliberar sobre a mudança de seu objeto social para a exploração comercial de restaurantes, bares e atividades assemelhadas.

Os diretores da mencionada sociedade, sem qualquer orientação jurídica prévia, tomaram algumas providências legais que entenderam ser adequadas à realização da AGE e também elaboraram os termos da respectiva Ata, onde consta que:

A) O 1º anúncio referente à 1ª convocação da citada Assembléia foi publicado no dia 26 de agosto de 2004, sem que a matéria objeto da AGE tenha sido indicada.

B) A Assembléia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas que representaram 25% (vinte e cinco por cento) do capital social com direito de voto.

C) A deliberação da AGE que resultou na aprovação da mudança do objeto da CIA SAGITÁRIO DE INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS foi tomada por maioria absoluta de votos, dos presentes.

Antes, porém, de submeter a Ata ao competente arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA), resolveram os

diretores da CIA. SAGITÁRIO DE INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS fazer uma consulta ao escritório de advocacia do qual você é integrante, para que fossem informados se houve, ou não, observância, por parte deles, das prescrições e exigências legais necessárias à regularidade da AGE.

Feita a sua indicação para examinar o assunto, elabore um PARECER fundamentado, resumindo a consulta e expondo, de modo claro e objetivo, o seu ponto de vista sobre os dados constantes das letras A, B e C acima indicados, com o devido esclarecimento se os mesmos estão, ou não, corretos, indicando, obrigatoriamente, em cada caso, os dispositivos legais pertinentes às suas repostas.

Assine o parecer adotando o nome N. SÁ e mencionando a inscrição OAB/RJ Nº 000.

Advogado: Rômulo Carvalho

OAB: 99.999

2. Joaquim e Paulo detêm ações de uma determinada companhia que, somadas, representam a maioria do capital votante. Em 23 de setembro de 2004 firmaram um Acordo de Acionistas, devidamente arquivado na companhia, estabelecendo a votação em conjunto de toda e qualquer matéria discutida em Assembléia. Entretanto, após definir previamente com Joaquim, na forma do citado Acordo, os nomes a serem escolhidos para os cargos da Diretoria, Paulo decidiu não comparecer à Assembléia geral convocada para a eleição dos membros daquele Órgão. Pergunta-se: De que maneira Joaquim poderá proceder na Assembléia para que prevaleçam os termos do Acordo de Acionistas firmado com Paulo? Indique o fundamento legal.

3. Em que circunstâncias a Cláusula Compromissória inserida em contratos de adesão é válida e eficaz? Indique o fundamento legal.

4. Quais os efeitos da concordata suspensiva em relação à pessoa do Falido? Responda justificadamente.

5. O que diferencia a sociedade comum das sociedades personificadas, e qual a abrangência da responsabilidade dos sócios da sociedade comum em relação às obrigações sociais, destacando, neste caso, a aplicação do benefício de ordem. Responda justificadamente.

6. Fundada em Campos, interior do Rio de Janeiro, a empresa Pães de Ouro Ltda. vem enfrentando sérias dificuldades em conseguir distribuidores que aceitem transportar seus produtos até a capital. Os sócios da empresa Pães de Ouro têm provas contundentes de que a recusa dos distribuidores se dá por fortes pressões de outra empresa, a CIA de Pães São Damião, líder de venda do produto no Estado do Rio, que pretende evitar a concorrência através do controle da rede de distribuição. Consultado como advogado pelos sócios da empresa Pães de Ouro, indique-lhes, se há alguma irregularidade no procedimento adotado por Cia. de Pães São Damião. Se houver, aponte tal irregularidade, indique ainda o órgão encarregado de averiguá-la e os procedimentos cabíveis.

Direito Trabalhista

1. Gilberto Silva ajuizou reclamação trabalhista em face de Grafite Gráfica Ltda, pretendendo receber diversos créditos que sustenta fazer jus relativamente ao seu contrato de trabalho com o ex-empregador, que durou de 08/05/81 até 02/05/2002.

Após instrução e julgamento da reclamação trabalhista ajuizada em 24 de março de 2003 e autuada sob o nº 1001-2003-100-01-00-7 que foi distribuída à 100ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, a referida Vara do Trabalho julgou a ação proferindo uma decisão que julgou procedente a reclamação, acolhendo integralmente o pedido formulado na petição inicial.

Na sentença proferida decidiu-se que:

- 1- é devida a diferença salarial decorrente da redução salarial promovida pelo acordo coletivo firmado pela empresa, com o sindicato representante da categoria profissional de Gilberto Silva, porque tal medida violava o princípio da irredutibilidade previsto na Constituição Federal;
- 2- são devidos dez dias de salários não pagos no mês de julho de 2001 como resultado de greve julgada abusiva e independente de ajuste

normativo, que devem ser pagos com juros da mora, atualização monetária e multa de 20% sobre o salário devido fixado na sentença do Processo 1001-2003-100-01-00-7, a partir do mês de julho de 2001;

3- o pagamento concedido sob o título de participação nos lucros no valor de um salário mensal como resultado de um acordo coletivo de trabalho, fixado em critérios dispostos na Lei 10.101/2000 com o reflexo desse valor no salário para todos os efeitos legais e contratuais, inclusive nas verbas decorrentes da extinção contratual do ex-empregado;

4- são devidas as diferenças resultantes da URP de fevereiro de 1989, por considerar garantida tal diferença, como direito adquirido dos empregados receberem esses reajustes na data do expurgo e daí em diante até a extinção contratual integrando o salário para todos os efeitos legais. Não acolhem a prescrição nesse pedido por entender que as diferenças ocorrem dia/dia não se consumando a prescrição, embora já ultrapassados mais de 5 anos de expurgo salarial ocorrido em fevereiro de 1989;

5- não é acolhida a prescrição total ou parcial suscitada na defesa da empresa por entender que a regra constitucional não é aplicada aos pedidos porquanto todas as prestações envolviam questões de trato sucessivo;

6- são devidos honorários advocatícios em percentual de 30% sobre o valor da condenação e ante o princípio da sucumbência.

Ao condenar a empresa na totalidade dos pedidos de Gilberto Silva e após o pré-questionamento de todas as questões, a sentença acolheu a reclamação trabalhista supracitada determinando a apuração de tal valor, em liquidação por arbitramento, a ônus da empresa. Com isso decidiu que as custas devem ser de R\$ 80,00 calculadas sobre R\$ 4.000,00 valor atribuído à causa.

Observando o que foi relatado, prepare a peça processual adequada na qualidade de advogado da Grafite Gráfica Ltda, considerando que não existe omissão, obscuridade ou contradição na decisão. Informe na peça os pressupostos genéricos (EXTRÍNSECOS) e os específicos (INTRÍNSECOS) da mesma (peça processual), para obter a reforma da sentença sob o fundamento legal e jurisprudencial uniforme, especialmente do TST.

NOME DO ADVOGADO: LUIZ BRASIL

INSCRIÇÃO NA OAB: OAB-RJ 60.3019

ENDEREÇO DO ESCRITÓRIO DO ADVOGADO: RUA BRASIL 1500, RIO DE JANEIRO, RJ.

2. Maria das Dores ajuizou Ação Trabalhista em face da empresa Amigo Feliz Ltda, pleiteando o pagamento do FGTS incidente sobre os salários dos anos de 1999 e 2000. Desta forma, solicitou o comparecimento de sua colega de trabalho Sr^a Joana, para ser sua testemunha, tendo a mesma comparecido na audiência realizada no dia 07/10/04 e permanecido dentro da sala de audiência. Quando deu início a fase de instrução, a empresa Reclamada requereu o depoimento pessoal da Reclamante, que foi imediatamente ouvida (permanecendo a Sr^a Joana dentro da sala de audiência). Após o depoimento da Reclamante, o juiz perguntou se as partes tinham mais provas a produzir o que foi informado pelo patrono da reclamante que sim, a testemunha de nome Joana.

A) Que tipo de requerimento poderia ter feito o patrono da Reclamada com escopo da testemunha da Reclamante não ser ouvida?

B) Quantas testemunhas poderia a Reclamante ter levado a audiência?

3. O trabalho realizado por intermédio de estágio caracteriza ou não contrato de trabalho nos moldes do art. 3º da CLT? Justifique a resposta, fundamentadamente.

4. Do despacho que denegou seguimento ao Recurso de Revista, qual o Remédio Jurídico para destrancar o Recurso e qual o prazo para sua interposição.

5. A empresa TWX Transportes Aéreos Ltda., com sede em São Paulo possui aviões cargueiros que partem do aeroporto de Guarulhos com destino a Fortaleza, fazendo paradas estratégicas no Rio de Janeiro e em Salvador. A empresa, contudo, não possui filiais nesses locais, tendo, assim, optado por contratar pessoas nas referidas cidades, na condição de representantes comerciais, para que vendessem o transporte de

cargas em seus aviões. A empresa, contudo, entendia que não se tratavam de empregados, mas sim de representantes comerciais, embora não fossem registrados no CORE, nem tampouco tivessem contrato escrito de representação comercial com a empresa. Os representantes, por sua vez, estavam obrigados a fornecer semanalmente relatórios das visitas que deveriam ser realizadas pessoalmente, e dos negócios fechados. Em um segundo momento, em razão de um maior dinamismo econômico vivido nessas cidades, o volume de negócios aumentou sensivelmente, o que levaria a empresa a pagar grandes somas a título de comissão para os representantes, pelo que ela decide reduzir o percentual da comissão na mesma proporção do aumento das vendas, o que faria com que não fosse percebida alteração na remuneração final normalmente obtida pelos representantes comerciais.

Pergunta-se: Quais as chances de êxito em uma ação trabalhista movida por um representante comercial do Rio de Janeiro pleiteando (i) reconhecimento de vínculo empregatício e (ii) a redução no percentual de comissões. Justifique sua resposta à luz dos princípios do direito do trabalho.

6. A empresa TWX Transportes Aéreos Ltda. operando no Aeroporto de Governador Valadares recebe a prestação de serviço de João da Silva, que dentre outras atribuições transporta a escada de acesso dos passageiros à aeronave, além de operar a bomba de combustível para o abastecimento dos aviões, sempre que necessário.

Ocorre que João da Silva durante seu expediente, das 07:30 às 18:30h, de segunda a sexta feira, realiza as mesmas atividades para os aviões das empresas VAF S/A e TUN Ltda, de modo a revezar sua prestação pessoal do serviço proporcionalmente para cada uma delas.

Ocorre que João da Silva durante seu expediente, das 07:30 às 18:30h, de segunda a sexta feira, realiza as mesmas atividades para os aviões das empresas VAF S/A e TUN Ltda, de modo a revezar sua prestação pessoal do serviço proporcionalmente para cada uma delas.

No caso da empresa TWX Transportes Aéreos Ltda. fundir-se às duas outras companhias aéreas, figurando como controladora da "holding" TWXAFTUN Transportes Aéreos, quem figuraria como legitimado a constar no pólo passivo da reclamação trabalhista com o mesmo objeto?

Direito Tributário

1. A empresa Gomes Carneiro Alimentação Ltda., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Capital pretende participar de licitação para o fornecimento de alimentação para os funcionários de certo órgão da Administração Pública Federal.

Para tanto, o Edital de Concorrência estabeleceu que os interessados, para habilitarem-se a participar, devem apresentar prova de quitação de débitos de Tributos Federais. A empresa, ao requerer em 08/10/2004 a certidão negativa de débitos perante o Centro de Atendimento ao Contribuinte da Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro, teve indeferido o seu pedido, pois a repartição apurou, segundo relatório emitido, a existência de débito referente ao Imposto de Renda-Pessoa Jurídica (IRPJ), relativo ao exercício de 1998 - ano base de 1997.

Verificando os dados em sua contabilidade, a empresa constatou que o débito apontado pela repartição havia sido objeto da declaração de IRPJ por ela apresentada em 30/04/1998 à Secretaria da Receita Federal, mas que, por equívoco, não recolhera o imposto apurado no prazo legal de vencimento.

No período entre o vencimento do tributo e a data em que dirigiu-se à repartição fiscal para requerer a certidão negativa, a empresa não foi submetida a qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização para apuração da falta do recolhimento do tributo e que o fosse exigido mediante lançamento de ofício.

Tendo em vista a extrema urgência da empresa em obter a certidão negativa de débitos, sem a qual não poderá participar da licitação, cujo prazo de habilitação está fixado para o dia 20/10/2004, pede-se ao candidato que redija a peça correspondente à medida judicial necessária para a defesa dos direitos da empresa, de modo a assegurar-lhe concorrer ao certame licitatório nas condições exigidas pelo respectivo Edital.

Advogado: Rômulo Carvalho

OAB: 99.999

2. Qual a data a partir da qual o Estado X poderá cobrar imposto majorado por lei publicada no Diário Oficial de 30 de novembro de 2004?

3. Uma empreiteira, que tem a receber do Estado do Rio de Janeiro crédito decorrente de serviços prestados, pode utilizar esse crédito, que é líquido e certo, para extinguir por compensação dívida decorrente do não pagamento do ICMS?

4. As taxas têm fato gerador específico e base de cálculo diversa à dos impostos. Justifique.

5. Uma sociedade prestadora de serviços, na apuração do ISS incidente sobre serviços de construção devido ao Município do Rio de Janeiro, adotou a alíquota de 5% (cinco por cento), quando, de acordo com o Código Tributário do Município, a alíquota correta é de 3% (três por cento).

Considerando que o imposto apurado pela sociedade foi recolhido no dia 5 de dezembro de 1999, qual é o termo final do prazo para propor a ação de repetição de indébito tributário?

6. Na ausência de disposição expressa na lei tributária, pode o intérprete recorrer à analogia?

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS

Direito Civil

1. Tício Semprônio (CPF Nº 001, residente na rua das Flores, casa nº 4), alugou a Caio Mario (CPF nº 002) o apartamento 502, do prédio na rua das Carroças, nº 34, por R\$ 1.000,00 mensais, mais os encargos referentes aos impostos e ao condomínio.

No mês de agosto de 2004 houve uma cota extra no condomínio, no valor de R\$ 350,00, referente à pintura na fachada do prédio.

Desse modo Tício remeteu a Caio aviso de pagamento no valor de R\$ 1.550,00 sendo R\$ 1.000,00 de aluguel, R\$ 50,00 de imposto predial, R\$ 150,00 de condomínio normal e R\$ 350,00 como cota extra do condomínio.

Caio procurou Tício e disse-lhe que a cota extra era de responsabilidade do locador, ao que Tício respondeu que no contrato de locação foi estipulado que o locatário pagaria todas as despesas de condomínio, inclusive as cotas extraordinárias.

Como Caio não concordou em pagar, Tício propôs ação de despejo em face de Caio.

Caio, então, após ser citado, procurou você em seu escritório.

Conteste a ação.

Obs: Processo nº 2004.001.000000-0, da 8ª vara Cível da Comarca da Capital Advogado de Caio: João da Silva (OAB/RJ nº 01)

2. ANA MARIA, proprietária de uma casa no Município de Petrópolis, em todo período de chuvas de verão, sofria grandes transtornos e prejuízos, em razão de inundações no imóvel, causadas pelo transbordamento de um rio das proximidades e, portanto, aproveitando o período de estiagem e a impossibilidade de se visualizar o rio de sua propriedade, realizou a venda do imóvel, a preço de mercado, para um casal proveniente de São Paulo e, em razão disto desconhecedor da região. Após comprar a casa, o casal desfrutou da nova morada, até o advento do período de

enchentes, quando, então, se defrontou com a gravidade da situação, na medida em que sequer puderam adentrar na casa totalmente alagada. Tal situação ocasionou grande inconformismo no casal que, face a impossibilidade de entendimentos amigáveis, deseja encontrar uma solução judicial que resolva o contrato de compra e venda, para que possa comprar outro imóvel. Diante do histórico narrado, qual a ação judicial adequada a atender o anseio do casal? Existe algum prazo a ser observado? Em caso positivo, qual o prazo? Explique de forma fundamentada.

3. Transitado em julgado o acórdão prolatado em processo de conhecimento que reconheceu a obrigação da empresa ALFA de indenizar a empresa BETA, face aos prejuízos ocasionados por um rompimento contratual, a empresa BETA procedeu à liquidação do julgado, sendo, para tanto, nomeado perito e indicados assistentes técnicos pelas partes. Apresentado o laudo, este foi objeto de forte impugnação pela empresa ALFA e seu respectivo assistente técnico, face à constatação de erros graves de cálculos que elevaram a quantia apurada em mais de 100% do que efetivamente seria devido. Desconsiderando tal constatação, foi proferida sentença acolhendo o laudo do perito e determinando que fosse procedida a execução imediata do julgado. Face a gravidade dos acontecimentos e receosa de ser obrigada a pagar quantia exorbitante, a empresa ALFA lhe procura como advogado para saber: Cabe, ou não, recurso da citada decisão? Em caso positivo, qual seria o recurso? Mesmo interposto o recurso, poderia, ou não, ocorrer a execução do julgado? Explique de forma fundamentada.

4. Após os trâmites regulares do processo, ALBERTO e MARIA, casados pelo regime da comunhão total de bens, na qualidade de fiadores solidariamente obrigados em um contrato de locação, encontram-se na iminência de terem excutido o seu único bem que serve de residência para a família e, portanto, pretendem apresentar tal alegação como forma de ilidir a pretensão do exequente. Deverá ser, ou não, acolhido o pleito dos fiadores? Explique de forma fundamentada.

5. Sabe-se que na solidariedade passiva, a relação interna rege-se pelo princípio de que o devedor que paga a integralidade do débito tem direito de regresso contra os demais para haver, de cada qual, a parte que pagou além do que pessoalmente devia. Diante desta assertiva, explique o disposto no artigo 285 do Código Civil. Fundamente a resposta e apresente um exemplo concreto.

6. ALTAIR deixou de pagar a pensão alimentícia devida a LÚCIA, somente durante os meses de setembro e outubro/2003, voltando após a cumprir com sua obrigação mensalmente. Referido pensionamento foi estabelecido em sentença, proferida em ação de alimentos, já transitada em julgado. LÚCIA pretende, portanto, executar o pagamento sob pena de prisão, mas, ao consultar um advogado, este orientou que, na hipótese concreta, a execução teria que ser por quantia certa, na forma do artigo 646 e seguintes do C.P.C., não cabendo prisão. Está correto este entendimento? Justifique sua resposta.

Direito Administrativo

1. Alice, Deputada Federal e cumpridora de suas obrigações eleitorais, após votar nas eleições deste ano para escolha de Prefeito, toma conhecimento de um contrato administrativo precedido de licitação firmado entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa Bom Prato LTDA, para o fornecimento de quentinhas nos Presídios do Estado. Nesse contrato, existe uma cláusula que proíbe a sua alteração unilateral, mesmo que motivada por interesse público, e outra que faculta à contratada realizar a suspensão do fornecimento das quentinhas caso o Estado atrase o pagamento por mais de 10 (dez) dias.

Sabedora que foi realizada licitação, ela procura seu escritório para propor a medida cabível na esfera judicial.

Advogado: Rômulo Carvalho

OAB: 99.999

2. O Presidente de uma Sociedade de Economia Mista Federal, a qual nunca recebeu qualquer dinheiro do Governo Federal, percebeu salário total de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) por mês, durante 3 (três) anos ininterruptos. Sabendo que os salários das entidades que compõem a administração pública possuem um teto máximo de pagamento, poderá o Presidente da Sociedade de Economia Mista Federal perceber tal salário? Deverá devolver o valor recebido? Fundamente a resposta.

3. O Governo Federal, no ano de 1997, desapropria propriedade no interior do Brasil, sob alegação que existiria petróleo. O proprietário recebe prévia e justa indenização, mediante acordo administrativo; ou seja, não houve manifestação na esfera judicial, pois o proprietário aceitou o valor oferecido pelo ente público. O Governo, então, toma posse do imóvel e requer os consentimentos administrativos necessários à exploração do mineral. Com o deferimento dos consentimentos, iniciou o Governo a análise do mineral para a sua exploração, quando descobriu que o mineral tinha baixo valor energético e que a exploração não seria viável economicamente com as técnicas, até então, desenvolvidas. Por isso, o Governo suspendeu temporariamente a exploração; todavia, vem renovando os consentimentos todos os anos. Ano passado, para evitar o risco de invasão pelo movimento de trabalhadores sem terra, o Governo resolveu arrendar, pelo período de uma safra, a totalidade dessa área para lavoura, sendo que, ao final da safra, ela lhe seria devolvida. Diante disso, o antigo proprietário provoca o Governo alegando desvio de finalidade e requerendo perdas e danos. Assiste razão ao antigo proprietário? Fundamente a resposta.

4. Um servidor público processado criminal e administrativamente pelo mesmo fato, requer a extinção deste feito, uma vez que naquele ficou demonstrado, mediante sentença judicial, que se encontrava noutro local no momento do crime. Na qualidade de assessor jurídico, oriente o administrador quanto a esse requerimento administrativo. Fundamente a resposta.

5. Uma floresta é passível de tombamento pelo poder público? Fundamente a resposta.

6. Tendo em vista as funções estatais, pode o Poder Judiciário revogar ato administrativo?